



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LUANA FARIAS DE OLIVEIRA

**LÉSBICAS EM LUTA:
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA MILITANTE**

**João Pessoa
2018**

LUANA FARIAS DE OLIVEIRA

LÉSBICAS EM LUTA:
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA MILITANTE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharela em Serviço
Social.

Orientadora: Profa. Dra. Nívia Cristiane
Pereira da Silva

João Pessoa
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

0481 Oliveira, Luana Farias de.

Lésbicas em luta: organização política e consciência militante / Luana Farias de Oliveira. - João Pessoa, 2018.

25 f.

Orientação: Nívia Cristiane Pereira da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Lesbianidade. 2. Consciência militante lésbica. 3. Movimento lésbico. 4. Feminismo. I. Silva, Nívia Cristiane Pereira da. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 364.632

LUANA FARIAS DE OLIVEIRA

LÉSBICAS EM LUTA:
ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA MILITANTE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharela em Serviço
Social.

Orientadora: Profa. Dra. Nívia Cristiane
Pereira da Silva

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Nívia Cristiane Pereira da Silva

Examinador: Me. Iuri Assunção Lúcio

Examinadora: Especialista Jéssica Juliana Batista da Silva

Dedico este trabalho à minha falecida avó Maria Pereira de Oliveira, uma entre milhares de nordestinas “sobreviventes por teimosia”, que me ensinou o valor da coragem.

AGRADECIMENTOS

Se viver a lesbianidade implica, muitas vezes, em um caminho invisível, marginal e violento, pesquisá-la não tem sido diferente. O resultado desta ainda inicial pesquisa, aqui apresentado, é fruto da coletividade necessária para superar qualquer adversidade e não seria possível sem o empenho de tantas pessoas que lutam por uma sociedade emancipada.

Inicialmente, agradeço a todas as mulheres lésbicas que viveram e lutaram antes de mim. Em nome de Rosely Roth, militante considerada a precursora do Movimento Lésbico Brasileiro, agradeço também a todas as suas companheiras de luta que, devido à violência lesbofóbica, foram obrigadas a se manter na invisibilidade e cujos nomes são hoje desconhecidos. A elas agradeço pela coragem de, em plena Ditadura Militar, lutarem pela democracia e pelo bem-viver das lésbicas do presente e do futuro.

À Jéssica Magliano, com quem aprendo todos os dias, pelo incentivo e companheirismo incansáveis. Agradeço ao que não pode ser dito em palavras.

Ao Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia da Paraíba (Espaço LGBT), local onde tive o privilégio de estagiar, agradeço pelo acolhimento e por terem partilhado comigo o compromisso com a vida de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Agradeço especialmente ao meu supervisor de campo, Renildo Moraes, por todo o apoio oferecido.

À Maria Medeiros, amiga tão amada, resistência desde seu nome até os longos fios de cabelo, agradeço por me inspirar com sua força, coragem e coerência.

Ao Coletivo Feminista Marli Soares, por ter partilhado comigo o compromisso de pautar a lesbianidade no interior do feminismo.

À Setorial de Diversidade Sexual e de Gênero do Levante Popular da Juventude, local imprescindível para minha construção política e fortalecimento necessário para romper diversas barreiras impostas pelo heterossexismo.

À minhas tias Angelina, Josefa, Maria do Socorro, meus pais Lúcio e Piedade, por lutarem por outra sociedade e me inspirarem ao mesmo.

À minha irmã Tainá Caju, pelo apoio e amor de toda a vida.

À Gabi Chaves, pela disposição em revisar atentamente meus textos e por todo o apoio oferecido. Agradeço também pelas experiências compartilhadas e reflexões sobre a heterossexualidade compulsória.

À minhas amadas amigas Victória Mochizuki, Lorena Varão, Olga Veiga e Luana Flores, pelas reflexões, dores e amores compartilhados a respeito da lesbianidade.

À Layla Gabrielle, Letícia Carvalho, Larissa Lopes, Nínive Nóbrega e Rebecca Bandeira, por terem me mostrado a importância da amizade entre mulheres lésbicas.

À Jéssica Juliana e Iuri Assunção, pela longa caminhada de partilhas e por todo o apoio intelectual oferecido.

À minha orientadora, Nívia Pereira, agradeço por ter levantado as primeiras reflexões sobre o feminismo e as sutilezas do machismo, ainda no início da graduação, e por ter me acompanhado desde então.

Às companheiras do GEPSS, pelos sonhos compartilhados.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a formação da consciência militante lésbica, identificando seus elementos constitutivos e desdobramentos. Para tanto, se fez necessário uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o campo da lesbianidade, com ênfase para as teorias lésbicas e o surgimento do movimento lésbico. Como resultado preliminar, identificamos que para a formação de uma consciência militante lésbica as mulheres devem apropriar-se de si; desnaturalizar a heterossexualidade enquanto regime político obrigatório; desnaturalizar a “categoria de sexo”; identificar-se em outras mulheres lésbicas e construir coletivamente um projeto político societário. Tomaremos como referência, para tanto, as contribuições de Monique Wittig, Jules Falquet, Mirla Cisne, Heleieth Saffioti, Ochy Curiel, dentre outras.

Palavras-chave: Lesbianidade; Consciência Militante Lésbica; Movimento Lésbico; Feminismo.

ABSTRACT

This research has as main objective to analyze the formation of militant lesbian consciousness, identifying its constituent elements and unfolding. To do so, a bibliographical and documentary research on the field of lesbianity was necessary, with emphasis on the lesbian theories and the emergence of the lesbian movement. As a preliminary result, we have identified that for the formation of a militant lesbian conscience, women must take ownership of themselves; denature heterosexuality as an obligatory political regime; denaturalize the "sex category"; identify herself in other lesbian women and collectively build a corporate political project. Was taken as reference the contributions of Monique Wittig, Jules Falquet, Mirla Cisne, Heleieth Saffioti, Ochy Curiel, among others.

Keywords: Lesbianity; Lesbian Militant Consciousness; Lesbian Movement; Feminism.

1. Introdução

“E no final ideal, não terás domínio sobre mulher alguma”.

Karina Buhr

Trabalhar o tema da lesbianidade não é tarefa das mais fáceis. Contada quase unicamente pela voz do patriarcado, a história apagou de suas páginas a participação de mulheres lésbicas: delas não somos agentes coletivos, mas sim objetos da narrativa. De acordo com a historiadora lésbica Tânia Navarro-Swain (2004), debruçar-se sobre este tema requer não apenas um engajamento político feminista, mas também um esforço arqueológico. É preciso investigar a participação de lésbicas na História para conseguir rasgar o pano em que o patriarcado tenta nos esconder.

A invisibilidade e marginalização que pesam sobre as discussões acerca da lesbianidade são compreendidas neste trabalho como consequências da articulação entre patriarcado, capitalismo e racismo – o nó, como teorizou Saffioti (2015) – que organiza estruturalmente as relações sociais. Fundamentam-se no regime político heterossexual e na apropriação dos corpos e vidas das mulheres, que geram mecanismos de controle sobre nós e garante aos homens o nosso fácil acesso (Guillaumin, 2014).

Mesmo no âmbito acadêmico, onde pesquisas sobre gênero, mulheres e sexualidade vêm ganhando mais espaço desde o fim do século XX (Matos, 2008), a lesbianidade é uma categoria que ainda permanece pouco discutida e teorizada, inclusive nos eventos ou núcleos de pesquisa direcionados a esses estudos. Tal invisibilidade, seja dentro ou fora da Academia, é largamente denunciada pelas lésbicas, que a transformaram na principal bandeira de luta do movimento, demarcando o 29 de agosto como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica¹.

Este trabalho objetiva-se em compreender a formação da consciência militante lésbica, identificar os seus elementos constitutivos e desdobramentos. Para contemplar tais objetivos, será utilizada a pesquisa bibliográfica, que se dará no domínio dos estudos da lesbianidade e consciência revolucionária, utilizando autoras clássicas e contemporâneas como Monique Wittig (2006), Adrienne Rich (2010), Heleieth Saffioti

¹ A data foi lançada em 2003 durante a quinta edição do Seminário Nacional de Lésbicas (Oliveira, 2017).

(2015), Ochy Curiel (2013), Jules Falquet (2012), Collete Guillaumin (2014), Mirla Cisne (2014), dentre outras.

O método de abordagem será o dialético, utilizado na criação da teoria marxista. A dialética pretende entender a sociedade como totalidade, reconhecendo a anterioridade da matéria em relação à consciência, a fim de se ultrapassar as concepções idealistas e compreender que nos fenômenos e manifestações da sociedade, as coisas estão em constante luta de contrários (Feitosa, 2012). A análise que se pretende fazer da formação da consciência militante lésbica necessita de uma compreensão dialética da sociedade, pois o que se quer é apreender sua materialidade.

Para a construção desta monografia, utilizo como marco teórico o feminismo materialista francês. Este se consolidou no fim dos anos 1970, na França, em torno da revista *Questions Féministes* e em meio ao movimento feminista no país. Dentre as suas principais teóricas estão Monique Wittig, Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu e Jules Falquet. A partir do feminismo materialista francófono, elaborou-se uma teoria absolutamente antinaturalista. Sobre ele, Ochy Curiel e Jules Falquet explicam que:

O ponto central de seu pensamento radica em que nem os homens nem as mulheres são um grupo natural ou biológico, não possuem nenhuma essência específica nem identidade a defender e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia nem pelos hormônios – mas pura e simplesmente por uma relação social [*rapport*], material, concreta e histórica. Esta relação social é uma relação de classe, ligada ao sistema de produção, ao trabalho e à exploração de uma classe por outra. É uma relação social que as constitui na *classe social das mulheres* ante a classe dos homens, em uma relação antagônica (nem guerra dos sexos, nem complementaridade, mas simplesmente uma oposição de interesses cuja resolução supõe o fim da exploração e a desaparecimento das mulheres e dos homens enquanto classe). Nota-se, em seguida, que esta definição, formulada ainda nos anos 1970, não tem nenhum ápice de biologismo nem de naturalismo e em nada repousa em uma ingênua ideia de sororidade universal ou de identidade entre todas as mulheres (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 15-16).

Parto, também, da compreensão de que capitalismo, racismo e patriarcado se articulam de forma consubstancial e indissociável, organizando estruturalmente as relações sociais.

O contato com o objeto em estudo se deu a partir da participação no Grupo de Estudos Feminismo e Luta de Classes; na linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Públicas para Mulheres, do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e

Política Social na Contemporaneidade (GEPSS); na experiência de monitoria na disciplina Tópicos Especiais em Política Social – Gênero; e no estágio em Serviço Social realizado no Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba – “Espaço LGBT”. Em paralelo, vivenciei a militância em auto-organizações feminista e LGBT.

A atuação junto aos movimentos sociais e também os estudos acadêmicos construíram minha posição teórico-política como feminista e socialista, pois:

Para nós, feminismo e socialismo possuem, ao fim e ao cabo, a mesma aspiração, qual seja, a construção de um novo sistema de relações humanas pautadas na liberdade e na igualdade substantivas entre todos os sujeitos sociais. Um sistema no qual a exploração e todos os tipos de opressão sejam apenas marcas de um passado que nos sirva de referência apenas para não mais reproduzirmos qualquer relação que nos remeta a ele (CISNE, 2014, p.128).

O debate da lesbianidade, entretanto, não era abarcado em nenhum dos espaços citados, seja nos estudos acadêmicos, seja nos movimentos sociais, salvo situações pontuais como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Constatada esta lacuna e a necessidade de supri-la, iniciei leituras críticas da lesbianidade com a finalidade de conhecer a história das mulheres lésbicas, história que também é minha. O que começou apenas como um interesse pessoal transformou-se, posteriormente, em pesquisa acadêmica, resultando na publicação de artigos sobre as resistências das lésbicas à Ditadura Militar brasileira e invisibilidade lésbica. No trabalho aqui apresentado, proponho aprofundar a pesquisa iniciada.

2. Desenvolvimento

*“O pensamento dominante se nega a analisar a si mesmo para compreender aquilo que o põe em questão”
Monique Wittig²*

2.1 Organização Política

Internacionalmente, o movimento lésbico emerge no mundo ocidental no fim da década de 1960. Surge vinculado ao ‘movimento homossexual’ e embasado nas críticas da segunda onda do feminismo, quando o patriarcado passa a ocupar lugar central para a compreensão da dominação e opressão dos homens sobre as mulheres (Falquet, 2009).

O movimento lésbico pauta-se nas críticas dos movimentos feminista e homossexual que formam, segundo LHOMOND (2009, p. 234), “a ponta de lança de uma crítica radical das normas sexuais”. Não demora, porém, para que as suas integrantes comecem a criticar o machismo e misoginia do movimento homossexual, que acarreta na hostilidade e marginalização para com as pautas das mulheres. À medida que elas se aproximam do feminismo e este vai se mostrando omissivo frente à pauta da lesbianidade, o mesmo também vira alvo de críticas por parte das lésbicas, denunciando-lhe o caráter heterocentrado. Neste momento, o movimento lésbico possibilita contribuir com ambos os movimentos ao lhes interrogar sobre seus limites (Falquet, 2012).

Assim, o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos (FALQUET, 2012, p.15).

Posteriormente, o próprio movimento lésbico é questionado pelas negras e/ou trabalhadoras por ser elitista, branco e universitário. Em 1979, o coletivo de feministas negras e socialistas Combahee River Collective responde a todas as insuficiências de análise dos movimentos em um documento que se tornaria clássico. Ao declarar a consubstancialidade das opressões capitalista, patriarcal e racista, “suas militantes

² Texto original: “El pensamiento dominante se niega a analizarse a sí mismo para comprender aquello que lo pone en cuestión” (WITTIG, 2006, p.23; tradução nossa).

afirmam a inelutibilidade da luta simultânea em diversas frentes. Em seguida, elas insistem na necessidade de que todos assumam a responsabilidade das diversas lutas” (FALQUET, 2012, p.17).

Já no Brasil, foi na oposição à Ditadura que se concretizou a organização política do movimento brasileiro de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, inaugurando a sua primeira onda³. Neste primeiro momento, a pauta dos sujeitos LGBTs e de novos conceitos acerca da sexualidade e identidade de gênero estiveram alinhadas à luta pela democratização.

Partindo do inconformismo com a repressão e o conservadorismo recrudescidos pela ditadura civil-militar, assim como a homofobia presente também na esquerda brasileira, que considerava a homossexualidade um “vício burguês” (Green, 2000), um grupo de intelectuais brasileiros formado apenas por homens lançam em abril de 1978 o jornal *Lampião da Esquina*, a primeira publicação de temática LGBT de ampla circulação no Brasil.

Na edição de número zero, chamando-se apenas de *Lampião*, o jornal promete:

Falar da atualidade e procurar esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias (LAMPIÃO, 1978, ed.0, p.2).

Em todas as edições o jornal discutiu assuntos relacionados à ditadura, como abertura política, anistia, censura e perseguição aos homossexuais – inclusive ao próprio jornal. Seu nome, *lâmpião da esquina*, representa metaforicamente uma luz de esperança para a população LGBT, que impedida pelo preconceito e violência de socializarem em locais de convívio comum, resguardava sua socialização aos guetos, becos, esquinas. A partir da década de 1960, o mercado começa a abrir estabelecimentos dirigidos a esse público, como bares, restaurantes, boates e saunas (Green, 2015). O jornal conseguiu fortalecer a organização de rapazes homossexuais que se organizavam

³ Conceituado por James N. Green, a primeira onda do movimento LGBT brasileiro iniciou no fim da década de 1970 e teve duração de uma década (Green, 2015).

em São Paulo e que viriam a consolidar o grupo Somos⁴ no ano seguinte, em 1979 (Rodrigues, 2015).

Apenas após um ano de vida do *Lampião*, as mulheres organizadas no grupo Somos, as do grupo Eros e outras independentes, totalizando 25 lésbicas, são finalmente convidadas a escreverem para o jornal. Como antes tarde do que mais tarde ainda, a edição de número 12 traz na capa o título *AMOR ENTRE MULHERES (elas dizem onde, quando, como e porquê)*, com cinco páginas destinadas a discutir pública e abertamente as pautas de mulheres lésbicas, como sexo e sexualidade, repressão ditatorial e lesbofobia. Foi a primeira vez, segundo a própria matéria, que a lesbianidade foi discutida fora das manchetes patologizantes e policiais.

No início do texto, ao justificar o ‘atraso’, dizem:

Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguna cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. (...) A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz (JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1970, ed. 12, p. 7).

Inicia-se o texto denunciando a repressão ditatorial, lesbofóbica e machista, alertando a leitora e o leitor à imbricação das opressões, frisando a questão de gênero, sexualidade e raça – esquecendo-se, entretanto, da exploração e opressão de classe. Ainda na primeira página da matéria há a denúncia do caráter heterocentrado do movimento feminista e do silenciamento dado pela mídia à questão da lesbianidade:

Os jornais e movimentos feministas no Brasil nunca tocaram no assunto. A formulação mais avançada das feministas, que está na Carta dos Direitos da Mulher, diz que a sexualidade feminina não deve ser vista apenas como à serviço da reprodução. Quer dizer: nos comporta, mas não refresca muito. (Idem)

A questão mencionada acima é importante, pois as discussões acerca de direitos sexuais e reprodutivos, pautadas pelo feminismo, centram-se na heterossexualidade

⁴ Primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, o Somos marca o início do movimento LGBT no país.

como se lésbicas ou bissexuais não existissem – ou não fossem mulheres. Segundo Gilberta Soares e Cecília Sardenberg,

O movimento feminista internacional, com a participação de feministas brasileiras, desenvolveu o conceito de direitos sexuais, concomitante a noção de direitos reprodutivos, associados à agenda de participação em conferências internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). O conceito de Direitos Sexuais pretendeu dar conta da discussão sobre a sexualidade feminina como um direito humano, assim como da denúncia de suas violações, todavia este foi restringido pelo enfoque da heterossexualidade (SOARES & SARDENBERG, 2011, p. 5).

Segundo Martinho (2012) e Lessa (2008), após a experiência de escrever para o *Lampião da Esquina*, as mulheres do grupo *Somos* criaram em outubro do mesmo ano o grupo *Lésbico-Feminista (LF)*, a primeira auto-organização de lésbicas do Brasil, funcionando como subgrupo do *Somos* até 1981. Em outubro do mesmo ano, algumas militantes remanescentes do LF deram continuidade à organização fundando o *Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF)*, auto-organização lésbica independente.

2.2 Teorias Lésbicas

Romper a invisibilidade é condição primária para a desconstrução de categorias consideradas universais. No caso das mulheres, ao tomá-las como branca, heterossexual e cisgênero, desconsidera-se as especificidades de mulheres negras, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e trabalhadoras nas diversas demandas do feminismo, como violência, mercado de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras. Pois, “se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, 2017, p.41). Na produção de teorias feministas contra hegemônicas, destaca-se o *Feminismo Marxista*⁵ e o *Feminismo Negro*⁶, que historicamente contribuem para aproximar o movimento social, em teoria e prática, da realidade concreta das mulheres. Da mesma forma, a pesquisa sobre lesbianidade também contribui para a produção contra hegemônica e oferece maior criticidade ao feminismo.

⁵ Ver, por exemplo, “A classe trabalhadora tem dois sexos” (Souza-Lobo, 2011) e “A mulher na sociedade de classes” (Saffioti, 1976).

⁶ Ver, por exemplo, “Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil” (Caldwell, 2000), “O que é: lugar de fala?” (Ribeiro, 2017) e “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” (Carneiro, 2003).

Recentemente, duas importantes iniciativas foram realizadas no âmbito acadêmico para impulsionar o debate da lesbianidade: o dossiê da revista acadêmica *Periódicus* “Sapatão é revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas”, em 2017; e o curso de extensão “Pensamento Lésbico Contemporâneo”, realizado no mesmo ano, que além de aulas e discussões virtuais, contou também com um encontro ocorrido na Universidade Federal da Bahia, onde se discutiram diversos assuntos relacionados ao tema. Cabe demarcar que o fato da discussão sobre a lesbianidade ser limitada e insuficiente não se justifica por ausência de produção teórica do tema, pois este já vem sendo teorizado desde a década de 1970, sendo Monique Wittig e Adrienne Rich referências-chave para o debate. O problema, pois, seria a falta de visibilidade.

A partir da desnaturalização da heterossexualidade alavancada pela antropóloga Gayle Rubin em 1975⁷, as escritoras e militantes feministas, Rich e Wittig, estendem a análise à lesbianidade. Suas teorizações são ainda hoje essenciais para se compreender a heterossexualidade e lesbianidade de forma estruturais, o que confere às duas análises uma radicalidade frente a esta organização social, voltando-se para a transformação da realidade em sua totalidade. Segundo Jules Falquet,

Todas as duas procedem a um reposicionamento particularmente heurístico da lesbianidade, mediante uma tripla operação. Em primeiro lugar, elas retiram a lesbianidade do campo estreito das práticas estritamente sexuais. Em seguida, elas redirecionam a atenção dada a esta prática “minoritária” para as práticas “majoritárias”, isto é, apontam o projetor para a heterossexualidade. Enfim e, sobretudo, elas mostram até onde o que está em jogo tanto quanto à lesbianidade como quanto à heterossexualidade não se encontram tanto no campo da sexualidade quanto naquele do poder. Para ambas, a heterossexualidade, longe de ser uma inclinação sexual natural nos seres humanos, é imposta às mulheres pela força, quer dizer, ao mesmo tempo pela violência física e material, inclusive econômica, e por um sólido controle ideológico, simbólico e político, o qual faz intervir um conjunto de dispositivos que vão desde a pornografia até a psicanálise. (FALQUET, 2012, p. 19-20).

Adrienne Rich, feminista lésbica estadunidense, em seu artigo clássico “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (1980), sustentou que a heterossexualidade, assim como a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica e a família nuclear, são instituições nas quais as mulheres são

⁷ Segundo Jules Falquet (2012), a desnaturalização da heterossexualidade foi teorizada a primeira vez pela antropóloga Gayle Rubin em 1975, no ensaio “Tráfico de mulheres. Notas sobre a ‘economia política’ do sexo”.

tradicionalmente controladas (Rich, 2010). Para a autora, a obrigação da heterossexualidade se dá, no decorrer da História, pela imposição da força e controle da consciência da mulher, transformando a heterossexualidade e o casamento em componentes inevitáveis em suas vidas, ainda que insatisfatórios ou opressivos. Como alternativa à heterossexualidade compulsória, Rich defende as experiências entre as mulheres em uma rede de solidariedade e cooperação, o que chamou de *continuum* lésbico, sendo posteriormente criticada ao incluir nele todo tipo de relações entre mulheres.

Considerando a possibilidade de que todas as mulheres existam em um *continuum* lésbico – da criança mamando no seio de sua mãe até a mulher adulta que experimenta sensações orgásticas enquanto sua própria criança está mamando (...) ou, ainda mais, se consideramos até mesmo a mulher que está morrendo aos noventa anos, tocada e amparada por mulheres – podemos nos ver como a mover para dentro e para fora desse *continuum*, mesmo se não nos identificamos como lésbicas (RICH, 2010, p. 38).

Já Monique Wittig, feminista materialista francesa, baseando-se no conceito de sexagem⁸ teorizado por Colette Guillaumin⁹, analisa a heterossexualidade não como práticas sexuais, mas enquanto regime político-ideológico fundante das relações sociais de sexo¹⁰, baseando-se na apropriação e submissão das mulheres. Explicando a teoria de Wittig, Falquet nos diz que:

⁸ Guillaumin teorizou o duplo aspecto da opressão das mulheres. Para a autora, as mulheres não têm apenas a força de trabalho apropriada, mas também o tempo, a vida, o corpo e os produtos do corpo. Por meio da relação de sexagem, são apropriadas individual e coletivamente, tirando-as da condição de sujeitos e transformando-as em coisas. A ideologia naturalista legitima este pensamento. Enquanto a exploração afeta apenas a força de trabalho, a apropriação afeta a pessoa como um todo. Esta categoria é aqui considerada imprescindível para a compreensão estrutural da lesbianidade. A apropriação das mulheres pelos homens garante a eles seu fácil acesso e controle, impondo a heterossexualidade obrigatória – aqui entendida enquanto regime político, nunca reduzida à prática sexual (Guillaumin, 2014).

⁹ Feminista materialista francófona, autora de grande impacto para a literatura feminista do país. Segundo Falquet (2017, p.3), Colette Guillaumin foi a primeira a desnaturalizar radicalmente a “raça”. “Depois de analisar as relações sociais de raça e passando a questão dos sexos, Guillaumin evidenciou a existência de verdadeiras relações sociais de poder estruturais, também organizadas e legitimadas pela ideologia naturalista, baseadas sobre uma lógica de apropriação física direta das mulheres enquanto classe de sexo, pela classe dos homens”.

¹⁰ Termo usado pelo feminismo materialista francófono para localizar as mulheres e os homens nas relações estruturais entre os sexos, nomeando dois grupos sociais com interesses antagônicos. Vale salientar que “relações”, aqui, é traduzida de *rapport*, que no francês significa relações amplas, estruturais, enquanto *relations*, palavra também francesa, significa relações individuais, cotidianas.

As mulheres e os homens são categorias políticas que não podem existir uma sem a outra. As lésbicas, ao “escaparem ou se recusarem a se tornar ou permanecerem heterossexuais”, ao colocarem em causa esta relação social, a heterossexualidade, questionam a própria existência das mulheres e dos homens. Mas não basta fugir individualmente, pois não existe verdadeiramente o lado de fora: para existir, as lésbicas devem travar uma luta política de vida ou morte em prol do desaparecimento das mulheres como classe, para destruir o “mito da Mulher” e para abolir a heterossexualidade. (FALQUET, 2002, p.21)

Ambas as autoras denunciam a insuficiência do feminismo no que diz respeito à crítica da heterossexualidade e à análise da lesbianidade em suas produções, sendo um dos objetivos de Rich “encorajar as feministas heterossexuais no exame da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres e, portanto, mudá-la” (2010, p.19). Wittig diz que “ao não questionar o regime político heterossexual, o feminismo contemporâneo consolida este sistema, em vez de eliminá-lo” (2006, p. 13; tradução nossa). Ainda na crítica ao feminismo heterocentrado, Curiel e Falquet complementam:

As correntes dominantes dos movimentos feministas se negam a defender a lesbianidade e, sobretudo, a fazer uma análise séria e, mais ainda, a questionar a fundo a heterossexualidade como sistema político. Eis aqui, provavelmente, um dos nós mais sérios que impedem os avanços da teoria e do movimento feminista – e, portanto, uma das direções em que haveria de se seguir trabalhando (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 21).

A multiplicação das pesquisas sobre a lesbianidade possibilita contribuir mais diretamente: ao (1) fortalecimento e amadurecimento do movimento lésbico; (2) à desconstrução da universalidade da categoria mulher a (3) aos estudos sobre gênero, sexualidade e feminismo no Brasil. Cabe ressaltar que os três pontos se relacionam dialética e organicamente, sendo divididos apenas por questões didáticas, e são possíveis a partir da ruptura com a invisibilidade do tema.

Para garantir a contribuição ao movimento lésbico, é necessário que a sua produção teórica seja construída a partir das demandas e contribuições de suas sujeitas políticas e compromissada com a transformação de sua realidade. Como o movimento deve visar à revolução da realidade social, a teoria que lhe abarca deve ser igualmente revolucionária, pois teoria e prática são mutuamente indispensáveis e faces de um mesmo processo. A relevância do estudo da consciência militante lésbica reside no fato de que “a tomada de consciência das condições de exploração, de miséria e de uma maneira geral, da sociedade desumanizadora, é indispensável para uma revolução social

e, portanto, para a superação da própria alienação, exploração, miséria e desumanização” (CISNE, 2014, p. 54).

Ademais, as contribuições das lésbicas, assim como das mulheres negras, indígenas, trabalhadoras do campo e da cidade, travestis e transexuais, são absolutamente necessárias para a desconstrução da universalidade da categoria mulher, demarcando que as mulheres também têm “raça”/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e classe social, pois, segundo Djamila Ribeiro, “a insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto” (2017, p. 41).

2.3 Consciência Militante Lésbica

A monografia aqui apresentada é resultado de reflexões a partir do estudo da tese de doutorado de Mirla Cisne (2013), denominada “Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil”, que originou o livro “Feminismo e consciência de classe no Brasil”, publicado em 2014 pela editora Cortez. Em sua pesquisa, realizada com mulheres organicamente organizadas nos movimentos feministas Marcha Mundial das Mulheres, Movimento de Mulheres Camponesas e Articulação de Mulheres Brasileiras, a autora analisa a construção da consciência militante feminista em uma sociedade patriarcal e capitalista.

Cisne constrói seu objeto de pesquisa – formação da consciência militante feminista – a partir das produções de Mauro Iasi, teórico da consciência revolucionária, a fim de analisar a particularidade das mulheres na formação da consciência:

Mauro Iasi (2002, p. 13), estudioso do processo de formação da consciência, parte da seguinte inquietação investigativa: “Como os indivíduos moldados para a conformidade e o consentimento podem se rebelar contra a ordem que os moldou?”. Passemos a refletir essa inquietação na particularidade da vida das mulheres. Além de todas as relações de alienação e de dominação ideológica vivenciadas pelos homens, as mulheres também são marcadas pela força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como apolíticas, passivas e submissas. Nesse contexto, partimos da seguinte questão para a elaboração da nossa tese de doutorado que deu origem a este livro: Como as mulheres desenvolvem a formação da consciência de classe? Considerando que essa consciência é medida pelos movimentos feministas na dinâmica da luta de classes, o que envolve, portanto, processos coletivos de formação de uma consciência voltada para a transformação social, acrescentamos à pergunta anterior: Como ocorre o processo de formação da

consciência militante feminista em uma sociedade patriarcal e capitalista? (CISNE, 2014, p. 15-16).

A partir do trabalho de Cisne, reflito a particularidade das mulheres lésbicas na formação da consciência militante, pois além dos motivos listados acima, as lésbicas ainda estão submetidas ao regime político heterossexual, que marca sua existência, segundo Rich, em uma escala do desviante ao odioso, ou simplesmente invisível, sendo usado “desde a brutalidade física até o controle da consciência” (RICH, 2010, p.25). Assim, além de estarem submetidas a: (1) relações de alienação que impõem, a homens e mulheres, dificuldade para a formação de uma consciência revolucionária frente ao capitalismo; acrescida de (2) relações patriarcais que conferem às mulheres a situação de dominação-exploração (Saffioti, 2015); as lésbicas estão submetidas à (3) naturalização da heterossexualidade obrigatória, impossibilitando, para muitas mulheres, a descoberta e vivência da lesbianidade, além da violência em pautá-la politicamente, sobretudo no Brasil¹¹.

Assim, considerando que as mulheres lésbicas estão submetidas a opressões que lhe são específicas, ocupando lugar desigual em relação às mulheres heterossexuais e aos homens, indago-me: quantas barreiras as lésbicas enfrentam até que consigam formar uma consciência revolucionária e organizar-se politicamente contra sua condição? Quais estratégias utilizam? Que impacto a atuação política em uma auto-organização lésbica tem em suas vidas? Quais ações o movimento lésbico consegue construir nessa sociedade? Quais elementos constituem o processo de formação da consciência militante para as mulheres lésbicas? Como ocorre a formação da consciência militante lésbica em uma sociedade estruturada não só pelo capitalismo, racismo e patriarcado, mas também pelo ‘pensamento *straight*’¹²?

A partir dos questionamentos, considero que, para a formação de uma consciência militante lésbica, as mulheres devem apropriar-se de si; desnaturalizar a heterossexualidade enquanto regime político obrigatório; desnaturalizar a “categoria de

¹¹ No Brasil, uma pessoa LGBT morre por crime de ódio a cada vinte e cinco horas, segundo pesquisas do Grupo Gay da Bahia de 2016.

¹² “Pensamento *straight*” é uma categoria teorizada por Monique Wittig (1992) para deslocar a heterossexualidade das práticas sexuais individuais e localizá-la como regime político obrigatório dotado de um sistema ideológico (Falquet, 2009).

sexo” (Wittig, 2006); identificar-se em outras mulheres lésbicas e construir coletivamente um projeto político societário. Assim, a auto-organização política e o acesso à produção crítica acerca da lesbianidade são centrais para construir-se enquanto sujeita política revolucionária.

Apropriar-se de si foi identificado por Mirla Cisne (2014) como um dos elementos essenciais para a construção da consciência militante feminista:

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem. Processo esse que estamos denominando de apropriação de si, no sentido de as mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas. (...) A importância da apropriação de si está, portanto, na percepção da mulher como sujeito de sua própria vida, o que necessariamente associa-se à superação da ideologia de naturalização do sexo. Afinal, como pensar em uma consciência coletiva voltada para a transformação social se individualmente uma mulher encontra-se alienada de si, sem autonomia sobre sua vida e restringida a cuidar dos outros em detrimento de si? (CISNE, 2014, p.176-177)

A desnaturalização da heterossexualidade e seu entendimento enquanto regime político é central no pensamento de Monique Wittig. A feminista materialista nos mostra que “a heterossexualidade (1) não é natural, mas social, (2) não é uma prática sexual, mas uma ideologia, que ela chama de “o pensamento *straight* [hétero], e, sobretudo, (3) que esta ideologia que é a base da opressão patriarcal das mulheres, de sua apropriação pelos homens, é fundamentada na crença fervorosa e incessantemente renovada na existência de uma natural *diferença dos sexos*” (FALQUET, 2012, p. 22).

Este é um ponto chave para compreender a particularidade das lésbicas na formação da consciência revolucionária. A heterossexualidade é um sistema obrigatório de organização social (Falquet, 2009) que nega a vida fora do regime heterossexual, dificultando desde a descoberta até a vivência e afirmação política da lesbianidade. Assim, perceber-se “tardamente” enquanto lésbica é uma realidade comum, da mesma forma que a sua vivência se dá permeada por muita violência, chegando comumente ao estupro corretivo e até mesmo ao lesbocídio¹³ (Soares e Peres, 2017). Desta forma, este regime também irá impactar diretamente na construção da consciência militante lésbica.

O ensaio “categoria de sexo”, escrito por Monique Wittig em 1982, irá demarcar a existência de dois sexos – feminino/masculino – como uma formação imaginária e

¹³ Assassinato proposital de mulheres lésbicas devido à sua orientação sexual.

opressiva, que utiliza a “ideologia da diferença sexual” para deslocar do plano social para o natural as desigualdades entre homens e mulheres. Para a autora, é a categoria de sexo que funda e, ao mesmo tempo, é produto da sociedade heterossexual, impondo sobre as mulheres a obrigação de reproduzir esta sociedade, uma vez que elas são apropriadas pelos homens, garantindo-os o seu controle e fácil acesso (Guillaumin, 2014).

A categoria de sexo é a categoria que une as mulheres porque elas não podem ser concebidas fora desta categoria. Só *elas* são sexo, *o* sexo, e elas têm convertido em sexo o seu espírito, seu corpo, seus atos, seus gestos; inclusive os assassinatos de que são vítimas e os golpes que recebem são sexuais. Sem dúvida a categoria de sexo aprisiona firmemente as mulheres. (...) Forma o espírito e o corpo, porque controla toda a produção mental. Possui nossos espíritos de tal maneira que não podemos pensar fora dela. Por esta razão devemos destruí-la e começar a pensar além dela se queremos começar a pensar realmente, do mesmo modo que devemos destruir os sexos como realidade sociológicas se queremos começar a existir (WITTIG, 2006, p. 28; tradução nossa).

3. Considerações Finais

Neste trabalho assumimos o desafio e compromisso de pesquisar um tema profundamente invisível e marginalizado na Academia, que é a lesbianidade, tendo como foco a consciência militante lésbica formada na auto-organização política. Encontramos como principal obstáculo a ausência de produção teórica sobre consciência militante lésbica, a limitada produção sobre lesbianidade e a ausência de textos clássicos traduzidos ao português, como é o caso do livro de Monique Wittig “O pensamento heterossexual”. As dificuldades mencionadas comprometeram o resultado esperado do trabalho, uma vez que as pesquisas bibliográfica e documental realizadas não puderam suprir o objetivo de analisar a formação da consciência militante, seus elementos constitutivos e desdobramentos, sendo necessário, para tal, realizar uma pesquisa de campo junto ao Movimento Lésbico.

Assim, se faz necessário ressaltar que foi a invisibilidade lésbica, concreta e material, que dificultou o andamento dessa pesquisa. Bandeira de luta histórica para o Movimento Lésbico, ela determina todas as esferas de nossas vidas e, em um ciclo vicioso, faz com que não se fale nem se produza conhecimento sobre a lesbianidade.

Destarte, ressalta-se a necessidade em multiplicar a produção de conhecimento sobre mulheres lésbicas e criar mecanismos para impulsionar sua discussão dentro e fora da Academia. Nesse sentido, acreditamos que romper a invisibilidade de temas historicamente marginalizados, bem como resgatar a voz daquelas que não puderam falar sobre si mesmas, são formas de desestabilizar e subverter o poder, pois “as narrativas daquelas que estiveram forçadas ao lugar do *Outro*, serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança” (RIBEIRO, 2017, p. 78). Se as pautas das mulheres lésbicas são barradas ou limitadas dos espaços de discussão que lhes envolve, não é possível transformar a vida das mesmas. Assim, da mesma forma é também impossível tirar do feminismo o caráter heterocentrado e a misoginia do movimento LGBT.

REFERÊNCIAS

- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CURIEL, Ochy. **La nación hetersexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Colombia: Brecha Lésbica y en la frontera, 2013.
- CURIEL, Ochy ; FALQUET, Jules. **Introdução**. In: O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.]. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 7-26.
- FALQUET, Jules. **La combinatoria straight. Raza, clase, sexo y economía política: análisis feministas materialistas y decoloniales**. Descentrada, 1(1), e005. 2017. Disponível em: <http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe005>
- _____. **Lesbianismo**. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora da UNESP, p. 122-128, 2009.
- _____. **Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política**. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano VI, n. 5, P. 8-31, dez. 2012.
- GREEN, James N. **"Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis"**. Cadernos Pagu, 15: p. 271-295, 2000.
- _____. **O grupo Somos, a esquerda e a resistência à Ditadura**. In: Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. Organizadores: James N. Green, Renan Quinalha. São Carlos, Edufscar, 2015. p. 177-200.
- GUILLAUMIN, Colette. **Prática do poder e ideia de natureza**. In: O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.]. Recife: SOS CORPO, 2014. p. 27-99.
- JORNAL LAMPIÃO. Rio de Janeiro, ano 1, n.0, abr. 1978.
- LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lésbica na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-ferminista e do Boletim Chanacomchana**. Gênero, Niterói, v.8, n.2, 2008, p. 301-333.
- LHOMOND, Brigitte. **Sexualidade**. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 231-235.
- MARTINHO, Míriam. Tributo a Rosely Roth e Livro Dia do Orgulho das Lésbicas do Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.umoutroilhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html>>. Acesso em: set. 2016.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero?** Se e como os estudos de gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas de gênero e feministas se transformaram em um transformaram em um transformaram em um campo novo para as ciências para as ciências. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008, p. 333-357.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Bagoas, p. 18-44, 2010.

RODRIGUES, Jorge. **Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura**. In: Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. Organizadores: James N. Green, Renan Quinalha. São Carlos, Edufscar, 2015. p. 83-123.

OLIVEIRA, Luana. **Após agosto, quem se importa com as lésbicas?** In: Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, V. 1, 2017, Salvador, BA. Anais (online). Salvador: Editora Realize, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. SP: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015

SOARES, Gilberta; SARDENBERG, Cecília. **Assumindo a lesbianidade no campo teórico feminista**. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia: mudanças, permanências e desafios sociológicos. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. 17 p.

SWAIN, Tania Navarro. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004..

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona: Egales. 2006.